



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL: A INTERVENÇÃO EM CONSTRUÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mauricio Caetano Matias Soares¹

Resumo: A construção de uma prática profissional reflexiva é um desafio ao assistente social no cotidiano de seu trabalho, com destaque para a assistência social, historicamente ligada à concepção de assistencialismo, portanto, saber reconhecer o objeto da profissão, identificar as demandas e construir instrumentais constitui o processo de sistematização de uma prática profissional, reflexiva.

Palavras-chave: prática profissional, Serviço Social, assistência social

Abstract: The construction of reflexive professional practice is challenging to the social worker in the daily of his work, featured social assistance, historically linked to the conception of assistentialism, so to recognize the object of the profession and identify the demands and construct instruments is the process of systematization of a professional, reflective practice.

Keywords: professional practice, Social Work, Social Assistance.

Introdução

A construção da intervenção profissional envolve muitos elementos que exigem um longo debate desde a constituição do Serviço Social como profissão até os desafios contemporâneos, principalmente, quando ela está introduzida em países em desenvolvimento subsidiados e subalternizados pela lógica da dominação capitalista.

Não obstante, a construção da intervenção profissional deve considerar o campo sócio-ocupacional, no qual está sendo pensada, neste caso a saúde, por isso este ensaio assumiu passos a serem realizados; embora utilize uma fala generalizada, busca apresentar, de forma didática, exemplos típicos vivenciados na saúde.

Em cada passo ou etapa, proponho um breve debate teórico e prático do processo iluminado por grandes referências da literatura do Serviço Social, com o cuidado de não referenciá-lo como um modelo único ou “receita” delineadora de procedimentos enquadrados para a organização e estruturação da intervenção. O propósito é apenas apresentar um caminho que deve ser revisado e avaliado pelo profissional dentro do seu entendimento de profissão e linha interventiva.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: <mcmsoares@yahoo.com.br>.

1. Conhecer o objeto da profissão

O Serviço Social é uma profissão prático-interventiva inserida na divisão social e técnica do trabalho, logo é uma especialização do trabalho, cujo objeto de estudo e intervenção é a questão social².

O profissional de Serviço Social é aquele que possui um conhecimento específico, que lhe capacita a intervir na realidade social, atuando sobre as situações, expressão direta ou indireta da questão social, que interferem no contexto da promoção, conquista e manutenção da justiça social.

Cabe destacar que a sua autonomia é relativa, principalmente no que tange aos recursos, os quais são produzidos pelas instituições, via processo de trabalho nelas estabelecidos para a construção do produto, que é a concretização do objetivo institucional. Ou seja, o profissional de Serviço Social não produz os recursos necessários para dar as respostas à necessidade apresentada pelos usuários, por isso utiliza-se dos recursos produzidos pelas instituições como meios para a sua intervenção (Iamamoto, 2007).

Nesse sentido, o assistente social vai utilizar os recursos intitulados nas políticas sociais, como instrumentos de intervenção sobre a realidade social afetada pela questão social; logo, as políticas sociais são instrumentos para o assistente social viabilizar a sua prática interventiva e conduzir o indivíduo a outra possibilidade de realidade social, sendo esta última subsidiada por recursos e meios, que, outrora na carência, a pessoa ficava vulnerável aos agravamentos das situações desencadeadas pela manifestação concreta da questão social.

No bojo dessa relação institucional de construção e produção de recursos identificam-se três atores fundamentais, a saber: **o usuário**, que é aquele que apresenta a demanda, portanto, o agente passivo, pois sofre a ação direta dos profissionais da instituição e possui dois caminhos: se não aceita as normas, é excluído dos “benefícios” possíveis, caso contrário, se integra às normas da instituição, e é socialmente rotulado, institucionalizado cliente, marcado pelas

² Questão social compreendida como o “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho, dá as condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais.” (IAMAMOTO, 2007, p. 16-17)

etiquetas profissionais, e, às vezes, confinado pela mesma instituição; **o profissional**, que é o executor das tarefas; aquele ser ativo que usa de sua autoridade e conhecimento para impor ao usuário a sua análise e solução com base em seu saber técnico, que sobretudo é trabalhador e sofre toda e qualquer transformação ou determinação do mundo do trabalho; e **a instituição**, organismo autônomo e estruturado em torno de normas e objetivos manifestos, que se constitui como um tecido social e, portanto, faz parte da rede social legitimada pela sociedade, expressando o consentimento da classe dominada para a hegemonia da classe dominante, servindo-se de mecanismo regulador das crises do desenvolvimento capitalista em todos os níveis (FALEIROS, 2007; BISNETO, 2007).

Visto quem é o profissional de Serviço Social e a sua participação institucional, no cerne do planejamento de sua ação interventiva, é indispensável o conhecimento sobre a instituição onde executa a sua ação. A que esfera ela pertence? Que tipo de produto ou serviço ela produz? Qual a base política que a sustenta? Quais e como se manifestam os poderes institucionais em seu interior? A qual política social está ligada (ou a quais)? Qual a relação dela com a manutenção ou enfrentamento da questão social?

Outro ponto essencial é o entendimento por parte desse profissional do perfil de usuário que frequenta/usa os serviços institucionais. A sua origem, demanda e necessidades, limitações, participação institucional, perfil etário e de renda, entre outros.

Tais informações se traduzem no panorama tanto da instituição como do usuário possibilitando-o traçar um diagnóstico do espaço institucional, bem como do território, a fim de fundamentar a sua intervenção, a qual deve ser sistematizada em projeto de intervenção e em outros meios criados pelo assistente social na e para a execução de sua ação interventiva.

Ademais, essas informações subsidiarão o assistente social na identificação do objeto institucional, que é aquele que sofre a ação da instituição para ser transformado naquilo que ela objetiva como produto (BISNETO, 2007), e a sua relação com o objeto da profissão.

Em uma instituição de assistência social, o objetivo como produto final é a provisão de recursos necessários ao enfrentamento da situação de

vulnerabilidade social³. Tal situação se apresenta como o objeto institucional, que será transformado pela ação instituição, que estruturou um processo de trabalho dentro de regras e normativas para padronizar o produto resultante de sua ação, nesse caso, benefícios eventuais, acolhimento institucional, ressocialização, prática de grupos, serviços de convivência, entre outros, visando o “tratamento” e a possível superação situacional da pessoa, que busca esses serviços. Sendo assim, o objeto institucional passa a ser a pobreza e o objetivo institucional, a promoção de mínimos sociais para atendimento das necessidades básicas.

Nesse contexto, o assistente social é inserido no processo de trabalho institucional como profissional especializado com vistas a mediar a relação sujeito e instituição, entre necessidade e recursos. Ele deve compreender qual a relação do objeto institucional com a questão social (objeto da profissão), identificando nela as interfaces para a promoção de mínimos sociais para atendimento das necessidades básicas. Daí a importância da pesquisa social, um instrumento fomentador da análise científica da realidade, cuja resultante é a base fundamental para o desenvolvimento do fazer profissional.

Todavia, cabe destacar as contribuições da pesquisa social⁴ para os avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, principalmente no entendimento e enfrentamento das expressões da questão social, assim como na construção da maturidade científica do Serviço Social no Brasil, a qual é alcançada a partir da sua aproximação à Teoria de Marx.

A leitura da realidade da sociedade burguesa aplicada por Marx busca, a partir do método dialético, revelar a essência para além da aparência, o que envolve um movimento dinâmico entre três dimensões: universalidade, particularidade e singularidade, por meio das quais se obterá a totalidade, que constitui a realidade desmistificada (NETTO, 2011).

Essa leitura propicia ao assistente social identificar os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais que refletem diretamente sobre o

³ Conceito de vulnerabilidade é adjetivado pelo termo social, que indica a evolução do entendimento acerca das privações e desigualdades ocasionadas pela pobreza. Sposati A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: SPOSATI, A. (org). Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; 2009. p. 13-55.

⁴ Sugere-se para maior aprofundamento a leitura das obras de BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa social no Serviço Social. São Paulo: Veras, Ponta Grossa (PR), Editora UEPG, 2008.

indivíduo e os rebatimentos deles no poder e na funcionalidade institucional. Trocando em miúdos, o assistente social, por meio do método dialético, é capaz de desmistificar a realidade identificando, não somente os elementos favorecedores da desigualdade social, que possibilitam a expansão da pobreza e seus desdobramentos, mas aqueles que produzem a incapacidade das políticas públicas de gestar os recursos necessários a promoção da justiça social.

Tais aspectos influenciam tanto no indivíduo usuário da instituição, que é o agente passivo, como nos profissionais da instituição, que são os agentes ativos, sob os quais a questão social também se manifesta, principalmente, no exercício de seu trabalho, pois estão submissos a hierarquias e processos de trabalho alienante e destituidores de direitos. Daí o grande desafio do Serviço Social: atuar nas instituições desmistificando a realidade social do usuário e propor alternativas que irão favorecer tanto a dinâmica institucional quanto o usuário, o que lhe gera embates políticos e éticos na promoção da desburocratização do acesso à socialização dos recursos.

2. Identificar a demanda

Uma vez identificado o objeto institucional, compreendida a sua relação com o objeto da profissão e fundamentado o conhecimento das relações que integram a instituição, o que implica o conhecimento da rede de serviços e das políticas sociais, o assistente social ainda tem outra tarefa muito importante antes de construir conscientemente a sua intervenção, esta é a identificação da demanda a sofrer a sua intervenção.

O assistente social possui a capacidade técnica de identificar a demanda e propor ações interventivas, pois somente ele tem a formação técnica para definir aquilo que deve ou não sofrer a sua intervenção. Contudo, a existência de demandas definidas pela instituição ou por outros profissionais são notórias, mas diferem pela base na visão da imagem social da profissão relacionada com a visão do imediato, do singular, do aparente exacerbado de juízo de valores e concepções do senso comum.

Tais como: realização de cadastro único, doação de cesta básica, pedir doações, controlar e monitorar famílias, apaziguar conflitos, provisão de órteses

e prótese, prestar favores, produzir grandes eventos, pesagem e medição de crianças do Programa Bolsa Família, doar urnas para sepultamento, acalantar famílias adoecidas, responder às necessidades “políticas” assistencialistas entre outras voltadas à execução da ajuda.

Essas demandas não devem ser desprezadas pelo assistente social, elas devem ser analisadas em sua essência, e extraído delas aquilo que pertence à área de sua intervenção profissional e, depois de desmistificadas, encaminhadas ao profissional de referência para avaliação e atuação, naquilo que ultrapassa a especificidade de sua profissão.

As referidas demandas resultam para alguns profissionais em entraves no cotidiano, os quais sobrecarregam e impedem a realização de uma ação comprometida com a análise da realidade em sua totalidade, reproduzindo ações burocráticas e pontuais.

As demandas podem ser classificadas pela forma com que se apresentam e pela dimensão de sua origem. Pela forma, elas podem ser implícitas e explícitas. A primeira mascara a expressão da questão social e precisa ser analisada; a segunda apresenta claramente a sua relação com a questão social.

Pela dimensão de sua origem, elas podem ser da gestão, dos profissionais da rede, dos membros da equipe, dos usuários e da comunidade. Da gestão, as demandas geralmente estão relacionadas ao processo de amenização de conflitos, controle do usuário, construção de imagem “política” e execução de atividades burocráticas, por exemplo, as demandas de “favores” políticos, prazos para cumprimento de metas, elaboração de respostas aos ofícios do Ministério Público, mobilização comunitária a favor da imagem institucional, o preenchimento de formulários e outros instrumentais burocráticos.

Dos profissionais da rede e da instituição, são demandas que, em geral, travestidas da visão da assistência social e não atreladas em específico ao assistente social no processo de trabalho institucional. As demandas, em muitos casos, são direcionadas à assistência social quando não se há referência ou assunção de quem compete a resolução da situação, além de casos referentes a documentação, passe livre, inscrição no Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadoria e provisão de renda em geral, acesso a vagas de emprego, retirada de pessoas em situação de rua, acolhimento institucional de crianças, adolescentes e/ou idosos, controle das

famílias que violam o direito dos idosos em específico ao que se refere a renda, conflitos familiares, coleta de lixo, órtese/prótese, acesso à escola, acesso a exames e consultas, situação de dependência química, transporte para visita de familiar em situação carcerária, passagem para retorno à cidade natal, orientações previdenciárias; orientações sobre direitos em geral; situação que envolve guarda, tutela, violência e/ou maus tratos de crianças e adolescentes; situação de tentativa de suicídio; orientações sobre doenças e tratamentos; fornecimento e liberação de medicamentos; liberação de recursos e doações; suporte emocional; entre outros.

Dos membros da equipe, algumas das demandas acima são filtradas, mas poucos são os profissionais que compreendem a atuação específica do assistente social. Todavia, há outras atenuantes que merecem destaque como a formação das equipes, que ora só tem assistente social, ora só psicólogo e há casos de equipe formada por diferentes categorias profissionais, porém as atribuições se fundem no chamado “referência técnica”.

Na dimensão dos usuários e da comunidade, as demandas também pouco estão entrelaçadas ao reconhecimento do assistente social como profissional de intervenção, mas sim como profissional executor historicamente do assistencialismo de que se impregnou a trajetória da política de assistência social no Brasil.

3. Construir os instrumentais

Uma vez identificadas as demandas, o próximo passo do profissional é construir os instrumentos para a intervenção. Todo esse processo de construção é pautado no conhecimento que o assistente social tem do objeto institucional, da instituição e do objeto de sua intervenção, conseqüentemente do território.

Os instrumentos são os meios para efetivação da prática profissional. É a capacidade que, como instância de passagem, possibilita passar das abstrações da vontade para a concreção das finalidades (determinam o modo de atuar), ou seja, da intencionalidade à ação profissional. (GUERRA, 2000).

Nessa instância de passagem, a situação identificada se torna objeto de intervenção do profissional, logo recebe dele a intencionalidade, que trará a sua objetividade sobre o objeto. Em outras palavras, aquilo que apenas era uma

situação, recebe uma avaliação profissional, a qual define o que se quer fazer com a situação, o que fundamentará a construção do meio para efetivação/alcance daquilo que foi definido. Assim temos,

Situação - apenas uma situação (sem avaliação do assistente social)
 ↳ Situação – se torna objeto (após a avaliação do assistente social)
 ↳ Objeto – ganha objetividade (o assistente social coloca sobre a situação finalidades para a sua transformação).
 ↳ Objeto com finalidade – situação adaptada, que ganha instrumentalidade para ser transformada no produto objetivado.

Essa instrumentalidade é a propriedade das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho, em convertê-las em meios/instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos objetivos/finalidades. Essas finalidades determinam o modo de atuar e a escolha por alternativas. Elas orientam a busca, a seleção e a construção dos meios (GUERRA, 2000).

Assim, a situação social (identificada pelo profissional, desvelada a partir do seu conhecimento e definida como demanda para a atuação profissional, fruto da análise da relação do objeto institucional com o objeto da profissão) recebe o posicionamento da profissão (proposta interventiva do assistente social como resposta a ser dada à demanda identificada). Tal resposta é a objetividade dada à situação (objeto a ser transformado), que manifestará em concreto a significância social da intervenção profissional do Serviço Social.

A transformação ocorrerá com o auxílio dos instrumentos ou meios, os quais definem as alternativas direcionadas pelo profissional para a execução da ação. Estas revelam o caráter ético e político da profissão.

Nessa relação entre situação social e posicionamento profissional, os instrumentos são criados como forma de levar aquilo que foi pensado para a transformação da realidade em concretização possível da transformação. Portanto, os instrumentos usados pelo assistente social só devem ser elaborados, definidos, adaptados e criados por ele. E somente ele é capaz de julgar quando e como usá-lo.

Em outras palavras, os modelos e protocolos institucionais que determinam os instrumentais para a execução profissional inibem a sua capacidade teórico-metodológica, ético-política, restringindo a dimensão da capacidade técnico-operativa, colocando o profissional à mercê do pragmatismo

e à propagação do messianismo ou do fatalismo, transformando o fazer profissional em mera execução burocrática da rotina institucional.

O assistente social, em sua formação, adquire a competência para construir os seus próprios instrumentais e implementá-los em sua ação interventiva, desviando-se do tecnicismo proposto pela instituição e por vezes imposto pelo mercado de trabalho, que busca controlar e alienar a ação profissional a favor da manutenção da ordem e *ethos* da classe dominante.

O processo de construção dos instrumentais sofre impactos no cotidiano, advindos da instituição (capacidade na relação suporte tecnológico x suporte humano; aumento da necessidade de mão de obra qualificada; trabalho humano e a sua relação com a tecnologia; adição neoliberal de inversão do funcionamento das redes básicas; novas modalidades de empregabilidade; mudanças no mercado de trabalho; ideologia conservadora) e do profissional (focalização e desprezo das categorias, gerando teorismo, militância e pragmatismo; visão messiânica ou fatalista da profissão; proposta por uma atuação preventiva; embasada no aparato de defesa legal e ética; e, a construção da imagem profissional).

4. Produzir a ação interventiva

A ação interventiva não é a mera execução dos instrumentais criados. Ela é

um processo complexo, desencadeado em um espaço social delimitado, que no entanto, estabelece relações estruturais com os outros espaços de diferentes amplitudes, o qual se particulariza em diversos campos de trabalho e em representações que se modificam conjuntamente” (BAPTISTA, 2011, p. 17)

Ou seja, envolve o profissional, a instituição e o usuário, logo a ação interventiva no campo sócio-ocupacional da assistência social não é igual ao do da saúde, porque a objetividade é outra, o espaço institucional e as suas normas e manifestação de poder e a relação com os profissionais da equipe e com o usuário também diferem. Embora o objeto de intervenção profissional seja o mesmo, a especificidade do espaço altera a composição da proposta interventiva do profissional e de recepção e identificação da demanda.

Todavia, cabe ao assistente social definir se se propõe ao exercício da práxis, pelo viés de uma prática reflexiva concatenada à leitura de realidade pela totalidade marxista ou pelo exercício do pragmatismo, que se resume à mera execução da praticidade, que combina conhecimento técnico a restritiva ação de manipulação dos instrumentais, culminando em uma prática não-refletida, automatizada e direcionada por outrem.

A prática reflexiva é tida como prática social resultante do movimento dialético, que manifesta a capacidade de (re)criar a realidade humana, produzindo transformação, criando instrumentais e elaborando a construção do conhecimento. É nesse sentido que o presente debate discorre, por isso ele implica alguns elementos básicos:

- O reconhecimento do indivíduo como sujeito histórico – o usuário é uma pessoa, um ser ontológico capaz de (re)construir a sua própria história, a qual está inundada de determinantes históricos que o leva à prática de uma determinada ação ou a estagnação em uma determinada situação. O assistente social ao atender o usuário deve levar em consideração de que ele é cidadão portador de direitos e deve ser respeitado como tal. Independente do fator que o levou até o serviço. Deve ser capaz de compreender que esse usuário pode mudar a sua realidade se devidamente instrumentalizado e que também é dotado de uma liberdade e autonomia de escolha de suas alternativas de vida.

- Articulação e atuação em equipe (multiprofissional e de A.S) – um dos elementos essenciais para o bom andamento da ação profissional é a construção de parcerias institucionais e de rede. O trabalho é uma ação coletiva, portanto, é a integração com o grupo que revelará a importância do assistente social no processo de trabalho, o que favorece a ampliação da autonomia profissional na instituição;

- Execução do planejamento e dos instrumentais – não é possível intervir sem planejar a intervenção. O processo de conhecimento da instituição, do usuário, das relações institucionais e das demandas somado ao processo de construção dos instrumentais perpassam pela fase do planejamento e, na hora da execução, este planejamento será a base de respaldo para o enfrentamento e superação das limitações postas à ação interventiva. Cabe o entendimento de que há limitações que ultrapassam as competências profissionais, que são as barreiras postas na divisão sócio-técnica do trabalho.

- Postura ética – toda profissão possui a sua ética, ou seja, os valores e princípios por ela defendidos. A importância da conexão do profissional a esses valores revalida o trato com o usuário e promove maior qualidade e referência de sua intervenção.

- Postura política – esta define qual visão de sociedade o profissional defende. Ela deve estar expressa no cotidiano profissional naquilo que ele define como projeto societário. No caso brasileiro, a postura política é a favor da democracia, daí o compromisso com a desburocratização e socialização dos recursos institucionais.

- Manutenção da objetividade – aquilo que foi pensado e planejado deve ser executado, acaso haja situações conflitantes impeditivas, nova estratégia deve ser elaborada, mas a finalidade tem de permanecer.

- Capacitação técnica operacional - esta refere-se à dimensão técnico-operativa da prática profissional, a qual envolve a capacidade de aliar a técnica à sua operacionalidade, ou seja, o uso dos instrumentais produzidos exigem uma compreensão técnica e teórica da função, importância e operacionalidade do instrumento, no sentido de que, na sua execução, ele produza a capacidade de transmitir a intencionalidade proposta pelo profissional na análise do objeto.

Além desses elementos existem os tipos de intervenção, que podem ser de forma direta – junto ao usuário, diretamente a ele. As ações são direcionadas a ele e executadas nele. A Indireta, que se dá pelo viés de terceiros, mas voltada ao usuário por meio da articulação com a equipe, a instituição, a família e/ou ciclo de convivência, os conselhos, os movimentos sociais, representantes da sociedade civil e o governo.

E por fim cabe definir as modalidades de intervenção, as quais podem ser em grupo – por meio de atendimentos em grupo ou ações coletivas, tais como: reunião de família, atendimento coletivo, evento socioeducativo; e/ou individual – aquele feito direta ou indiretamente ao usuário, cujo atendimento é o profissional e o indivíduo apenas. Em ambas as modalidades, o assistente social deve atentar-se para o seu compromisso com o sigilo profissional, tanto na execução do atendimento como na sua descrição.

A produção da ação interventiva é o ápice do trabalho profissional, pois nela está a manifestação de todo o movimento de reflexão construído desde a identificação do objeto a sua intervenção materializada.

5. Sistematizar a prática

A sistematização da prática constitui-se como um procedimento prévio e necessário à reflexão teórica (NETTO, 1989). Para o dicionário, essa palavra significa reduzir a um sistema, ou seja, transformar algo amplo e teórico em um conjunto de ações a ele entrelaçado. Segundo Almeida (2006), a

“sistematização da prática” para o Serviço Social encerra, contudo, diversos significados. Percebemos que ela engloba não só os procedimentos investigativos que demarcam a ação profissional como objeto de reflexão, mas demarca todo o processo de organização teórico-metodológico e técnico-instrumental da ação profissional em Serviço Social (p. 401)

Ela não é o último passo na construção da intervenção como parece. Na verdade, ela se configura no momento de retorno à reflexão e à prática, bem como a sua avaliação, monitoramento e (re) planejamento. Envolve articular a teoria com a prática, colocar em linhas escritas o trabalho executado, as propostas interventivas, as alianças e desafios. Traduz-se no momento em que se formaliza, na escrita, a objetividade destinada ao objeto de intervenção.

O seu entendimento envolve a colocação da teoria em prática ou a teorizar tudo aquilo que na prática se pratica. Articular conhecimento com ação. Organizar métodos, formas e estratégias utilizando-se de referências teóricas para direcionar a prática.

a sistematização (da prática) aparece como uma dupla requisição: de uma parte, é a condição para otimizar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais e transmissíveis via formação institucional; de outra, e fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o 'recorte' de um 'objeto' em função do qual a elaboração teórica desenvolveria o seu movimento de constituição de um saber específico” (Netto, 1989, p. 150).

O processo de sistematização da prática auxilia o profissional a entender e expressar, o porquê e o para que da sua ação interventiva. É pegar o livro de registro de atendimentos, os relatórios, a análise institucional, por exemplo, e criar um projeto de intervenção, uma análise do perfil dos usuários e/ou da demanda institucional. Criar uma pesquisa; qualificar o seu trabalho e os serviços institucionais; planejar e executar a supervisão de estágio com horário específico de debates e estudos. Publicar esses dados em congressos e evento da categoria e publicizar para a equipe de Serviço Social e demais da instituição e

rede socioassistencial; revelar e compreender que não há dicotomia, mas sim complementaridade entre teoria e prática.

Considerações Finais

O debate sobre a construção da intervenção profissional é longo e prazeroso, pois a cada debate o conhecimento se renova e as ações se reatualizam e fortalecem, embora neste pequeno ensaio não tenha sido possível debater em específico a intervenção profissional no campo sócio-ocupacional da assistência social, pois o anseio pela visualização do processo de intervenção, não prestigiou o mais específico. Contudo, a que se trata este artigo, ele traduz a noção de construção de uma intervenção reflexiva apoiada nos conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão. Leva a um mapeamento, desde a identificação da demanda até a direção interventiva da profissão a ela.

O que temos até aqui é uma breve reflexão sobre o comportamento político e ético que o profissional de Serviço Social deve assumir no seu compromisso com uma prática reflexiva. Fato que sustenta a necessidade de continuar esse debate e reafirmá-lo no cotidiano da profissão, que é dinâmico e precisa ser pensado e repensado como no movimento dialético no indo e vindo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução de paradigmas e conceitos.

Nesse cenário se destaca o primeiro desafio posto à prática profissional, que é o de não se deixar levar pela rotina do cotidiano e gerar continuamente a necessidade de refletir sobre o espaço institucional que ocupa e nele construir novas práticas que não rotulem ou julguem precocemente o usuário nem as demandas por ele apresentadas, pelo contrário, revelar a essência de suas necessidades e o eixo condutor e reproduzidor das demandas.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. MOTA. Ana E. et all. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo. Cortez, 2006.

BAPTISTA, Myriam V. Prática Social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. BAPTISTA, Myriam V.; BATTINI, Odária (org). **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo, Veras, 2009, p. 13 – 28.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. Cortez, São Paulo, 2007.

CFESS, **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. CFESS, Brasília, 2011.

FALEIROS, Vicente de P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. Cortez, São Paulo, 7ª Edição, 2007.

GUERRA, Yolanda D. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 62, ano XX, Cortez, São Paulo, 2000, p.5-31

IAMAMOTO, Marilda V. **O SS na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. **Caderno da ABESS**, nº3. 1989.

_____ **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.